

LIMA, R. A. (2015). *Por uma historiografia foucaultiana para a psicanálise: o poder como método*. São Paulo: Via Lettera.

Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco

Publicado em 2015 pela editora Via Lettera, *Por uma historiografia foucaultiana para a psicanálise: o poder como método* é fruto de investigações iniciadas dez anos antes, em 2005, atravessando uma larga pesquisa inicial, uma iniciação científica, um mestrado e anos de pesquisa no Laboratório de Teoria Social e Filosofia da Psicanálise, sempre em torno do campo de investigação que abriga o livro. O título comprido e o calibre fino do volume (128 páginas) podem ocultar o potencial crítico e transformador da obra, fazendo-o parecer nota técnica a especialistas na subárea que é a teoria da história da psicanálise; esse engodo parece quase consoante aos propósitos do autor, que afirma mesmo que sua proposta é oferecer ao leitor um “cavalo de Troia” metodológico (Lima, 2015, p. 117). Recebe-se, se assim for, um presente, e na calada da noite emergem desse presente invasores que transformam *por dentro* os destinos da guerra – é assim que funciona o livro, a confiar no autor. Resta entender como isso opera.

O contexto geral de inscrição do livro é o da relação entre Foucault e a psicanálise – relação intensa, próxima e com caracteres frequentemente ambíguos, difíceis de mapear. Mais difícil, ainda, organizar a dispersão da produção comentando essa intersecção: entre defensores da psicanálise, defensores de Foucault, defensores do debate e propositores de diversas chaves de intelecção produziu-se uma imensa quantidade de material heteróclito; como localizar-se? O trabalho de Lima não se propõe a organizar o campo – propõe-se, isso sim, a apropriar-se da intersecção em causa (Foucault e a psicanálise), atravessando-a em diagonal, tendo um propósito específico claramente em vista: a proposição de um método para a historiografia da psicanálise que potencialize ao máximo o *poder* como conceito operador. Não

é, portanto, uma obra de introdução ao tema, não é uma sistematização nem um comentário; é, isso sim, uma proposta, e uma aposta – aposta que terá como mote principal a proposição de uma história da psicanálise que escape ao biografismo e à história institucional, uma história calcada no dispositivo psicanalítico e no encontro clínico.

Sumariamente, o livro se apresenta em cinco capítulos, todos eles muito claramente delineados e sistematicamente conduzidos, seguidos de uma conclusão em que se delinea com clareza o argumento central do texto. Os cinco capítulos de construção do argumento dizem respeito ao mapeamento de vetores de acesso à relação de Foucault com a psicanálise e ao delineamento de uma grade de leitura dessa relação que não se faça “colonial” – Lima trabalha para evitar tanto o Foucault psicanalizado como a psicanálise foucaultizada. Para que isso seja possível, empreende-se uma cuidadosa peregrinação ao largo da obra de Foucault e de sua interlocução com historiadores, filósofos e psicanalistas, guiado por operadores de leitura eleitos e pinçados para fundamentar a aposta e o argumento do livro; mais do que o trabalho de um estudioso, portanto, o livro reflete o trabalho de um estudioso estrategista, atento à necessidade de não perder-se no vasto mar de publicações técnicas dedicadas ao tema e que “se encerram” nele.

No primeiro capítulo (“Introdução”), o autor revisita algumas obras dedicadas ao tema “Foucault e a psicanálise”, todas escritas por brasileiros, e as organiza segundo três categorias: críticos internalistas (trata-se de psicanalistas que criticam Foucault como um *outsider*, e o texto exemplar é “Uma arqueologia inacabada”, de Renato Mezan), comentaristas técnicos (trata-se de autores que munem-se de leituras metódicas e cuidadosas para um recenseamento do tema e comentários adjacentes, e os exemplos são Joel Birman e Ernani Chaves) e articuladores (aqui apenas um autor comparece, Christian Dunker, propondo uma articulação metodológica inspirada em Foucault para que se faça uma leitura intencional da história da psicanálise, a contrapelo daquela proposta pelo próprio Foucault). Seguindo essa organização, Lima insere-se entre a segunda e a terceira tradição, ou seja: comentando de maneira próxima a Foucault e propondo uma proposta

de emprego não redutora. O que se propõe é mais que uma introdução do leitor ao tema: trata-se de introduzir o tema, compreendido pelo autor como campo problemático (o que se denuncia pela sua organização da cena a partir das tradições, proposta por ele e em nome próprio), ao mesmo tempo em que se trata da introdução *do* autor, apresentando-se “em primeira pessoa” (Lima, 2015, p. 26). Trata-se de explicitar os atravessamentos políticos em causa e de propor o tensionamento do campo, dando-se nome aos bois e deixando claro “a que veio”.

Tendo se apresentado, o autor prossegue na construção de seu método, tarefa que rege os dois capítulos seguintes: o primeiro deles dedicado à constituição de uma “definição operacional de poder”, o segundo dedicado a uma leitura diagonal da noção de liberdade e sua operacionalização no contexto do pensamento foucaultiano. Nos dois casos Lima cruza a obra de Foucault do início ao fim, buscando no movimento do pensamento de Foucault os elementos que oferecerão a ele, “em primeira pessoa”, os elementos para um pensamento que seja intelectualmente honesto com o autor de referência e que, ao mesmo tempo, não se esgote em um ventriloquismo francofônico, anacrônico e estéril, infelizmente tão comum em labores como esse. Nesse ponto, por sinal, encontra-se um fio condutor infalível para compreender o trabalho: preocupado com as fontes, o rigor e os contextos, Lima não deixará, por isso, de pensar como brasileiro, como psicanalista, como historiador da psicanálise, como negro e como pensador político de esquerda – essa é, com todas as letras, sua introdução “em primeira pessoa” referida no parágrafo acima.

Seguindo com sua proposta, entre os capítulos quatro e cinco Lima apropria-se de seus instrumentos já devidamente afiados (o pensamento foucaultiano a respeito do poder e da liberdade) e avança em direção aos problemas centrais de sua análise: a problematização do lugar dos dois conceitos (poder e liberdade) para e na história da psicanálise, objeto do capítulo quatro, e os impasses no caminho de uma historiografia calcada no encontro clínico como acontecimento psicanalítico, objeto do capítulo cinco.

Toma em apreço, para tanto, um caso escolhido a dedo, o caso do “homem do gravador”: trata-se de um texto literário publicado por J. J. Abrams em

1969, em Paris, em que se relata como Abrams teria ligado o gravador em uma sessão de psicanálise, perturbando o psicanalista, tirando-o de seu lugar de “detentor da fala” e espetacularizando uma cena de inversão de papéis. O diagnóstico de Lima é claro: Abrams não denuncia o poder e não promove a liberdade, apenas inverte os polos de um jogo que continua operando incólume; se é possível divertir-se com a cena, não é possível depreender dela uma leitura sobre o poder em jogo na cena clínica, e muito menos superá-lo.

O “Homem do gravador”, portanto, é entendido por Lima como plataforma retórica – usada na época por Sartre e outros – para levantar-se contra o “poder na psicanálise”, mas não permite uma leitura de como o poder opera na clínica psicanalítica em termos foucaultianos. Isso porque, conforme bem delineado pela definição de poder apresentada no próprio livro, Foucault não entende o poder de forma somente “vertical”, entre dominadores que detêm o poder e dominados que sofrem sob o seu peso, mas sim como noção operacional para mapear as relações e jogos de força entre agentes em um determinado contexto. Isso significa, para o contexto da psicanálise, que deve haver mais numa análise do poder na cena clínica que a denúncia do poder do analista e o testemunho do desamparo do analisante – não que isso não esteja em causa, mas esse expediente não porá em movimento as tramas do poder e da liberdade nem permitirá compreender seu interjogo no horizonte da história da psicanálise. Como contraponto a essa figura de uma “análise insuficiente”, portanto, Lima elencará outras estratégias, tiradas da trajetória intelectual do próprio Foucault – mais especificamente da “Vida dos homens infames” e das obras dedicadas aos “casos” de Pierre Rivière e de Herculine Barbin. O que Lima encontra nesses estudos foucaultianos é uma análise do poder em um contexto estranho à psicanálise, mas em que se podem ver enovelar expedientes discursivos diversos incidindo sobre a liberdade, a linguagem e o sexo de “desviados sociais”, e essa composição oferecerá ao autor os elementos a partir dos quais propor a historiografia psicanalítica calcada na categoria de poder (propósito maior do livro).

Cabe lembrar ao leitor que “A vida dos homens infames” é um trabalho em que Foucault analisa cartas endereçadas ao rei nas quais cidadãos (vizinhos,

pais, cônjuges, ex-cônjuges etc.) pedem intervenção por virtude de um desvio percebido por eles na conduta de um conhecido; nessa medida Foucault encontra ali a expressão residual de como o poder é convocado a operar nas pequenas relações ou, mais precisamente, de como o poder efetivamente opera nas relações. As obras dedicadas a Pierre Rivière e Herculine Barbin se organizam em torno de uma grade analítica semelhante – trata-se de casos em que, a partir de um feito que inscreve o cidadão sob os olhos da lei, passa-se a um escrutínio a respeito de seus desejos, desígnios, sua retidão e seus desvios. O uso que Lima fará desses trabalhos será o de uma proposição: a proposição de uma historiografia que contemple a dimensão “acontecimental” no contexto da psicanálise, e aqui encontramos a chave organizadora do livro.

A história da psicanálise começou a ser contada ainda em seus primeiros anos, em 1910, com a publicação de “História do movimento psicanalítico”, por Sándor Ferenczi (ele próprio psicanalista e próximo a Freud); tanto nessa obra como na obra homônima publicada por Freud em 1914, o propósito era delinear a história da psicanálise em torno da figura de Freud e organizada pelos princípios que regem sua prática – uma história, portanto, pessoalista, normativa e protocolar. A essa tradição (que acompanha a história) assomarse-ia outra, a da história biografista, em que a psicanálise é reconhecida e contada a partir da teatralização das relações entre as figuras que atuam no cenário psicanalítico e a forma como suas ideias repercutem. Recuperando o recenseamento da historiografia psicanalítica proposto por Roudinesco, Lima adotará como “ponto de corte” nessa tradição “clássica” a publicação de “A descoberta do inconsciente”, de Henri Ellenberger, que fundaria a tradição “historiográfica erudita” (a Ellenberger se somaria o trabalho da própria Roudinesco, segundo ela). Nessa grade compreensiva Lima entende a historiografia erudita como opção mais salutar – e seus esforços têm por propósito oferecer um panorama de inteligibilidade e sistematização dos expedientes historiográficos na psicanálise que se insere nessa tradição. A escolha por Foucault, por sinal, harmoniza com esse contexto, já que o trabalho de Foucault constitui um corte histórico na discussão a respeito da teoria da história, e seu trabalho reverbera nitidamente na obra de Ellenberger e de

Roudinesco (a despeito das diferenças, não se trata de uma filiação, mas sim de influência de Foucault sobre os dois).

Parece-me necessário, a essa altura, propor uma chave alternativa de leitura para a sistematização das tradições historiográficas proposta por Roudinesco e retomada por Lima. Considero essa proposição oportuna por entender que a distribuição dos esforços historiográficos em uma vertente biografista e uma erudita, e onde a historiografia erudita é apresentada como alternativa preferível, apresenta o risco de abrir uma porta para a ideologia e para o estreitamento do debate. Note-se, a esse respeito, a derivação de uma categoria de “historiadores revisionistas”, em que se enquadram as obras que atacam ou põem sob suspeita o valor da psicanálise: as três tradições de história psicanalítica adotadas por Roudinesco (biógrafista, revisionista e erudita) representam, esquematicamente, o primitivo, o desviado e o justo, e com isso o recenseamento verte-se em arbítrio, valoração. Dessa forma, corre-se o risco de que material histórico mais “ao gosto” seja tomado por erudito, mais “tosco” seja tomado como biografista e mais “a contragosto” seja tomado como revisionista. Sugeriria, como forma de contornar esse risco, que se guardasse, a despeito de Roudinesco, a expressão “historiografia erudita” ao entendimento crítico de uma historiografia que se fia exclusivamente no “dizer dos sábios e dos eruditos”, descredenciando testemunho de cidadãos, fontes informais, circulação midiática e outros “arquivos menores”. Abandona-se com isso, claramente, a expressão “historiografia erudita” como sinônimo de “boa historiografia” e as categorias mesclam-se (no que elas teriam de judicativo, pelo menos, já que se perde uma expressão indicativa de “boa historiografia”). Adotando-se essa posição perde-se a clareza do recenseamento proposto por Roudinesco, mas mantém-se vivo um debate e esquivamo-nos às soluções por predileção ou *a priori*.

Essa proposta de minha parte parece, inclusive, vir em benefício do próprio argumento delineado por Lima, em que se defende uma história “acontecimental”. Isso porque a história defendida pelo autor seria aquela que reserva ao encontro clínico um lugar de destaque na constituição do estofo da historiografia, e deixaria de articular-se primordialmente em torno

das sistematizações de obra e das influências autorais canônicas. Pois bem, em se tratando o material de base a partir desse enquadre, a primeira coisa que se perderia em termos de periodização seria o privilégio conferido às sistematizações “eruditas”, que perderiam seu papel de critério de inteligibilidade em benefício de uma analítica centrada nos jogos de poder em sua dimensão “acontecimental”. Parece-me claro que nesse contexto a tipologia de Roudinesco perderia sua agudeza, posto que material histórico e de arquivo exumado por “biógrafistas” ou “revisionistas” passa a ser tão rico em oportunidade analítica quanto material de fontes “eruditas” – os casos tratados por Foucault (dos homens infames, de Rivière e de Barbin) são mais que elucidativos nesse sentido, já que neles encontramos um historiador (Foucault) apoiando-se igualmente em relatos jurídicos, jornalísticos, oficiais e extraoficiais (método bastante comum na obra de Foucault, por sinal).

O convite apresentado por Rafael Alves Lima nessa obra aparece, agora, enunciável em seus contornos maiores: é tempo de dispor-se a um esforço historiográfico que tome a psicanálise por objeto, mas não só em sua dimensão teórica ou institucional, mas sim – e sobretudo – em sua dimensão de dispositivo. Trata-se, nas palavras do autor, de “situar a proposta mesma de uma história acontecimentalizada na fronteira em que a vida aparece enquanto narrativa enclausurada nas tramas do poder” (Lima, 2015, p. 115). Que fique claro: não se trata de uma história dos casos clínicos ou do relato dos acontecimentos clínicos, mas sim de uma história que tome como ponto de estofa o acontecimento clínico como ponto nevrálgico da tessitura da psicanálise em sua progressão histórica. Uma história dos casos clínicos seria pouco mais que um anedotário dos relatos de si; uma história acontecimentalizada acompanharia as tramas do poder em psicanálise, além e aquém das instituições, guiada pela análise da microfísica do poder em que se funda a psicanálise (práxis, teoria e movimento, já que a psicanálise como dispositivo articula essas dimensões todas do que se diz “psicanálise”).

O que seria, ao final de nosso percurso, o “cavalo de Troia metodológico” a que o autor se referiu? Nas palavras dele:

A convencionalidade das caricaturas da “sala de estar” psicanalítica se

mantém por índice de um dos maiores engodos quanto à problematização da questão do poder na história da clínica psicanalítica, que tantas vezes irrefletidamente se dá sob a forma de acusações de vizinhança [...]. Reconhecer o problema do poder implica, portanto, superar a simples convenção de caricaturas para tomar a história da psicanálise em seu caráter devidamente fragmentário (Lima, 2015, pgs. 118-119).

Do lado de cá e do lado de lá do muro, entre kleinianos e winnicottianos e lacanianos e através de todos seus derivativos e subgrupos, vizinhos se acusam, poderes se assumem, negam, conferem, retiram; além e aquém desse debate. Rafael Alves Lima nos oferece, como bem o define o neologismo de Christian Dunker na apresentação do livro, a possibilidade de um “antídoto” (Dunker, in Lima, p. 9) – antídoto para nos curar das pretensões de totalidade, dos entendimentos e das seguranças, para deixarmos a “sala de estar” psicanalítica e passarmos ao trabalho, lá onde o poder tece a história.

Recebido/Received: 03.03.2016/03.03.2016

Aceito/Accepted: 14.07.2016/07.14.2016

Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco

Psicólogo formado pela Universidade de São Paulo. Possui aprimoramento em Saúde Mental pelo CAPS Itapeva (2009-2010). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Intervenções e Pesquisas em Psicanálise – PsiA (Departamento de Psicologia Clínica do IP-USP/SP), conduz atualmente pesquisa no mesmo departamento, em nível de doutorado (com bolsa Fapesp). wilsondeacfranco@gmail.com